

UMA ANÁLISE CRÍTICA DE MANUAIS DE ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES EM CONTEXTO DE REFÚGIO

A CRITICAL ANALYSIS OF MANUALS FOR INTERPRETERS IN REFUGEE CONTEXTS



Sabine GOROVITZ
Professora
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
Brasília, Distrito Federal, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1128682155965179>
<https://orcid.org/0000-0001-5148-7785>
sabinegz@gmail.com

Júlia Cristina Valverde da SILVA
Doutoranda
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Brasília, Distrito Federal, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3875118658053402>
<https://orcid.org/0000-0002-6605-6619>
juliavalverdesilva@outlook.com

Resumo: A intensificação das mobilidades humanas pressupõe reflexões de como assegurar o direito linguístico de pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na(s) língua(s) oficial(is) de um país, dentre as quais o de pessoas refugiadas, excluídas dos sistemas de assistência por falarem línguas distintas dos agentes que prestam serviços dessa natureza. Frente a tamanho desafio, faz-se necessária a implementação de uma política de assistência linguística, tributária da criação de um sistema integrado de formação, certificação e credenciamento de profissionais da mediação linguística. Se poucos são os países que oferecem cursos especializados na área, muitos deles contam, para pautar a atuação dos intérpretes comunitários, com manuais e códigos de ética elaborados sem o necessário embasamento em estudos linguísticos e, ainda menos, em reflexões especializadas sobre tradução/interpretação. Nesse contexto, a presente reflexão tem como objetivo descrever alguns desses materiais com foco nos conceitos de língua, tradução e interpretação e as representações que deles emergem. Os dados foram tratados com base na análise do discurso direcionada por *corpus*, que permitiu identificar a predominância de uma visão idealizada e fantasiosa da atividade de tradução e do papel do intérprete comunitário, manifestada linguisticamente por meio de palavras como “neutralidade”, “imparcialidade” e “precisão”, entre tantas outras. Percebe-se, que, embora produzidos por países com histórico de acolhimento de imigrantes e dotados de serviços de assistência linguística, os manuais veiculam conceitos reducionistas e essencialistas de uma suposta transparência e invisibilidade da atividade tradutória.

Palavras-chave: Interpretação comunitária. Assistência linguística. Refúgio. Análise do discurso assistida por *corpus*. Formação de intérpretes.

Abstract: The intensification of human mobility makes it necessary to reflect on how to ensure the linguistic rights of people with little or no proficiency in the official language(s) of a country, including refugees, who are excluded from assistance systems because they speak different languages from the agents who provide these services. Faced with such a challenge, it is necessary to implement a language assistance policy, based on the creation of an integrated training, certification and accreditation system for language mediation professionals. Although few countries offer specialized courses in the field, many of them rely on manuals and codes of ethics to guide the work of community interpreters, which are drawn up without the necessary basis in linguistic studies or, even less so, in specialized reflections on translation/interpretation. In this context, this reflection aims to describe some of these materials, focusing on the concepts of language, translation and interpreting and the representations that emerge from them. The data was processed using corpus-driven discourse analysis, which allowed us to identify the predominance of an idealized and fanciful view of the translation activity and the role of the community



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

interpreter, manifested linguistically through words such as “neutrality”, “impartiality” and “precision”, among many others. It can be seen that, although produced by countries with a history of welcoming immigrants and with language assistance services, the manuals convey reductionist and essentialist concepts of the supposed transparency and invisibility of the translation activity.

Keywords: *Community interpreting. Language assistance. Refuge. Corpus-assisted discourse analysis. Interpreter education.*

Segundo dados do Alto Comissariado da ONU para Refugiados ¹ (2022), 89,3 milhões de pessoas encontram-se em deslocamento forçado no mundo, sendo cerca de 27 milhões considerados oficialmente refugiados e 4,5 milhões, solicitantes de refúgio. Esses dados, ainda que impactantes, fazem-se palpáveis quando correlacionados a outros fatores, especialmente quanto às consequências sociais desses movimentos, que trazem à tona a urgência de estruturas de recepção nos países de chegada, cuja ausência pode acarretar privações de direitos.

No caso do Brasil, o país registrou, em 2019, a maior quantidade de solicitações (83.000) da história do país (Silva et al., 2020, p. 12). Nos dois anos subsequentes, devido às restrições da pandemia, as solicitações diminuíram, ainda assim atingindo o número expressivo de 28.899 solicitações em 2020, principalmente considerando que, nove anos antes, em 2011, o Brasil só havia registrado 1.465 pedidos (Silva et al., 2021, p. 9).

A todas as pessoas deslocadas, independentemente do status de permanência em um país, são asseguradas garantias fundamentais por instrumentos internacionais, a exemplo da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967², dos quais o Brasil é signatário, comprometendo-se a observar as recomendações desses dispositivos, entre as quais está a garantia de acesso a tribunais, educação básica, trabalho, documentação, saúde e programas sociais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos também descreve o caráter indiscriminatório dos direitos nela encerrados e prevê o direito ao refúgio a todas as pessoas³.

Nesse cenário, surgem questionamentos de ordem pragmática relativos às estruturas e planejamentos políticos necessários para o respeito a tais obrigações e garantias no país de chegada, principalmente nos casos em que essa população não possui proficiência na(s) língua(s) local(is). Levando em consideração que um dos primeiros e principais desafios dessas pessoas ao chegar é a questão da língua, especialmente na sua relação com as instituições provedoras de serviços dos quais necessitam, coloca-se no rol dessas políticas a centralidade da assistência linguística. Ou seja, os direitos elementares só podem ser garantidos com meios linguísticos de acesso a esses direitos.

Tais premissas remetem aos chamados direitos linguísticos (ou direitos humanos linguísticos), prerrogativa segundo a qual as pessoas devem poder falar e transmitir suas línguas e culturas. No âmbito internacional, é a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos⁴ de 1996 que busca corrigir assimetrias linguísticas e assegurar o respeito e o desenvolvimento de todas as línguas, como forma de manutenção de relações sociais harmoniosas. Em seu artigo 3º, a declaração indica, como um dos direitos inalienáveis e, portanto, que podem ser exercidos em qualquer situação, o “direito de usar a própria língua nas instâncias privadas e públicas⁵”. Com base nesse princípio, a tradução/interpretação constitui-se enquanto instrumento do direito linguístico, devendo ser considerada como política linguística pública e assim ser provida por profissionais qualificados.

A prestação desse serviço de assistência linguística para pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na língua na qual serviços são prestados pode ocorrer em diversos ambientes, geralmente de instituições públicas (delegacias de polícia, hospitais, órgãos de migração, centros de assistência social, escolas, entre muitos outros), e é chamada de Interpretação Comunitária (doravante IC). Como nicho da IC, a interpretação para pessoas refugiadas, foco da presente reflexão, tem chamado particular atenção nos últimos dez anos (cf. Pöllabauer, 2013; Crezee, Jülich & Hayward, 2013), dada a importância da prestação de serviços linguísticos para essa população. De fato, é a partir da interpretação dos relatos dos solicitantes de refúgio que oficiais de elegibilidade⁶ elaboram seus pareceres quanto à concessão da proteção nacional do refúgio.

O caráter de essencialidade dessa atuação traz à tona a questão da formação desses profissionais, em que autores convergem quanto à necessidade de profissionalização, mas não no que se refere às particularidades da formação, notadamente quanto às questões éticas e aos limites do papel do intérprete comunitário. O fato de ser recente o reconhecimento da centralidade da interpretação comunitária como forma de garantir acesso a direitos se reflete na escassez de cursos de formação e na falta de consenso sobre o que constitui uma formação adequada. Para suprir essa carência, órgãos⁷ envolvidos no atendimento à população refugiada e imigrante em diferentes países têm buscado elaborar guias e manuais de atuação, assim como códigos de ética que, embora com base em experiências concretas, não condizem com os fatores que circunstanciam a atuação do intérprete comunitário nesse contexto. Esses materiais têm sido elaborados com base em representações de senso comum que sugerem que o intérprete deveria ser neutro e invisível e ater-se à mera transposição de significados de uma língua para outra.

A presente reflexão⁸ busca verificar como alguns desses materiais ilustram essa visão e como impactam na atuação e na autopercepção desses profissionais, ao venderem uma visão superficial de tradução/interpretação, em que o processo interpretativo nada mais seria do que uma mera transferência de mensagens, decodificada e recodificada sem sofrer alterações ou interferências. Essa visão confronta o pressuposto de que as práticas linguísticas constituem uma atividade social co-construída que exige os esforços coordenados de dois ou mais indivíduos interagindo sempre no âmbito de uma situação e um contexto específicos.

Tendo isso em consideração, urge a definição de critérios adequados de intervenção do intérprete comunitário tendo em conta características dos contextos e situações em que ocorrem as interações mediadas já que, não raro, o intérprete deriva seus entendimentos da prática profissional quase que exclusivamente de códigos de conduta (Furmanek & Tipton, 2016, p. 11). Os princípios neles inscritos, aplicados indiscriminadamente enquanto soluções “prontas”, favorecem práticas pouco reflexivas sobre as consequências das tomadas de decisão, levando à manutenção de sistemas de poder que desfavorecem grupos já minorizados.

4 **Interpretação Comunitária em contextos de refúgio**

Como vimos na introdução, a Interpretação Comunitária (IC) é uma prestação de serviços de assistência linguística para pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na língua na qual serviços são prestados, que pode ocorrer em diversos ambientes, geralmente de instituições públicas, como delegacias de polícia, hospitais, órgãos de migração, centros de assistência social e escolas, entre outros. Se comparada à interpretação de conferência, além das diferenças em termos de ambientes e usuários, a interpretação comunitária também se distingue pelos modos de interpretação, níveis de (in)formalidade (registros) exigidos e assimetria de poder entre os participantes.

Intervêm, ainda, questões inerentes à própria experiência do refúgio que afetam as interações, especialmente em contextos institucionais quando mediadas por intérpretes. A vulnerabilidade de pessoas refugiadas advém da própria condição de refúgio, caracterizada pela situação da migração forçada. São experiências traumáticas de fuga, que envolvem perdas sucessivas, entre elas, a perda da habilidade de se comunicar e de ser entendido por outras pessoas. Somam-se a insegurança, o estado de fragilidade emocional, a desconfiança em relação a autoridades e sentimentos de alienação e desempoderamento (Jimézes-Ivars & Penilla, 2018, p. 28). A exacerbação desses fatores de vulnerabilidade pelo desconhecimento da língua dificulta a solicitação do refúgio em si e, conseqüentemente, o acesso a serviços e

direitos básicos, já que, como ressalta Pöllabauer (2004, p. 146), é fundamental que solicitantes apresentem seus casos de maneira coerente e não contraditória. À essa exigência de pertinência, sobrepõe-se o fato de os solicitantes serem levados a abordar questões sensíveis e íntimas, frente à falta total de familiaridade com os procedimentos administrativos e estruturas institucionais e suas práticas discursivas (inclusive nas entrevistas), por vezes muito distintas das do país de origem.

Ainda que necessária em outras circunstâncias no contexto de refúgio, a interpretação nas entrevistas de determinação da condição de refugiado (ou entrevista de elegibilidade) é central, já que é por meio dela que a decisão sobre a solicitação do requerente será tomada. Nas entrevistas, são indagados os fatos sob um viés institucional. Nesses cenários, o papel dos interactantes é delimitado e pré-estabelecido, em uma dinâmica em que o solicitante é o entrevistado e o oficial de elegibilidade, o entrevistador. Essa delimitação restringe as ações de ambos os interlocutores, suas respectivas expectativas em relação ao encontro e aos resultados esperados. Por conta disso, pode-se depreender, conforme aponta Pöllabauer (2004, p.150), que questões linguísticas, mal-entendidos e diferenças culturais podem impactar negativamente a avaliação dos casos dos solicitantes.

É nesse cenário assimétrico que a figura do intérprete ganha relevância nos procedimentos de solicitação de refúgio. Ainda de acordo com Pöllabauer (2004), o ônus da prova durante a entrevista é compartilhado, ao serem os representantes do Estado os que detêm a autoridade para avaliar quais fatos são relevantes e se configuram como verdade. Nesse jogo discursivo-institucional assimétrico, solicitantes desempenham o papel de “provedores de informação” e os oficiais, de “demandantes de informação”, o (in)deferimento dependendo da capacidade do solicitante de “apresentar e projetar a imagem adequada de um refugiado conforme a Convenção⁹” (Pöllabauer, 2004, p. 150, tradução nossa). Ou seja, as narrativas dos solicitantes e suas alegações podem ser percebidas como inverossímeis, por não satisfazerem os parâmetros comunicativos geralmente empregados pelas autoridades locais e não se adequarem à lógica discursiva operada pelas instituições. De certo modo, trata-se de corresponder às exigências discursivas de uma dada comunidade, isto é, de criar um “Outro” esperado, de acordo com o que se entende por “refugiado”.

Cabe, então, questionar como a figura do intérprete se insere nesse ambiente. Barsky (1996, p. 46), por exemplo, entende que, por deterem conhecimento relevante sobre o país de origem e o processo de refúgio, intérpretes deveriam ser reconhecidos como intermediários ativos entre solicitantes e o órgão decisório, em vez de serem vistos apenas como dispositivos

de tradução inócuos. Não há consenso sobre o papel e as responsabilidades de intérpretes em procedimentos de refúgio. Em seu estudo, Pöllabauer (2004, p. 154) desmantela o mito da invisibilidade dos intérpretes que, além de controlarem e coordenarem a fala, acabam se sobrepondo ao papel de oficiais, intervindo durante as entrevistas com esclarecimento e explicações. Corroborando essa visão, pesquisas desenvolvidas no Brasil por Garcia e Gorovitz (2020) descrevem estratégias discursivas e tradutórias adotadas por intérpretes em entrevistas de solicitação de refúgio que apontam para o caráter ativo do intérprete. Assim, ambos estudos contrariam o desempenho idealizado pelos manuais, baseados no “modelo do conduto da comunicação”¹⁰, em que é o intérprete é percebido apenas como um canal neutro por onde a mensagem passa de maneira desimpedida, como veremos nos dados de pesquisa apresentados a seguir.

Manuais e guias: descrição e análise dos dados

6

Tendo em vista que a pesquisa visa identificar como manuais e guias instrucionais conceitualizam processos de tradução e interpretação, a partir da sistematização de categorias recorrentes em materiais dessa natureza, buscamos reunir, para construir o *corpus*, o maior número possível de manuais e guias já existentes em países com tradição relativamente consolidada de acolhimento de refugiados, quais sejam, Suíça, Canadá, Austrália e EUA¹¹. Os textos que compõem o *corpus* foram escritos em uma década de mudanças significativas em termos de mobilidade humana (2009 a 2021) e eleitos com base na língua de escrita (inglês); instituição produtora - priorizaram-se instituições governamentais nacionais ou organizações sem fins lucrativos de atuação internacional ou nacional; formato (disponibilização online); e gênero (manuais, guias, diretrizes). Os materiais, escritos por entidades que fornecem assistência a pessoas refugiadas e/ou imigrantes, foram selecionadas por meio de um motor online de busca (*Google*) a partir de *seeds* relevantes¹², como *community interpreter, guidelines, interpreting for refugees, asylum seekers, linguistic assistance, public service interpreter* (intérprete comunitário, diretrizes, interpretando para refugiados, solicitantes de refúgio, assistência linguística, intérprete de serviços públicos) e afins. O *corpus* reúne 12 textos¹³, que variam entre 2 e 112 páginas, e é sintetizado no quadro a seguir¹⁴.

Quadro 1 — Descrição do corpus de estudo

Título original	Equipe envolvida na elaboração	País de produção/publicação	Objetivo expresso	Ano de publicação
<i>Interpreting in humanitarian negotiations: A guide for humanitarian negotiators and interpreters</i> (19 páginas)	<i>Centre of Competence on Humanitarian Negotiation e Université de Genève, Faculté de Traduction et d'Interprétation</i>	Suíça	Oferece orientações para negociadores e intérpretes humanitários de como atuar em contextos humanitários.	N/D (Não disponível)
<i>Handbook for Interpreters</i> (42 páginas)	<i>Administrative Appeals Tribunal</i>	Austrália	Estabelece as exigências funcionais sobre intérpretes que atuam junto ao órgão, aspectos procedimentais e responsabilidades de intérpretes.	10/2020
<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters</i> (60 páginas)	<i>Finnish immigration service; ERF (European Refugee Fund); Refugee Advice Centre</i>	Finlândia	Fornecer informações sobre o processo para reconhecimento da condição de refugiado e as questões a serem interpretadas.	2010
<i>Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR's Mandate Chapter 2 Interpretation in: UNHCR RSD Procedures</i> (14 páginas)	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i>	N.E	Fornecer diretrizes do ACNUR para determinar o reconhecimento da condição de refugiado.	08/2020
<i>Interpreter Handbook</i> (15 páginas)	<i>Immigration and Refugee Board of Canada</i>	Canadá	Fornecer informação básica sobre o órgão de migração do Canadá e as funções do intérprete.	10/2017
<i>Guidelines for working with interpreters for counselling & health care staff working with refugees</i> (2 páginas)	<i>NSW Health Care Interpreter Services, NSW Refugee Service, STARTTS (Service for the Treatment and Rehabilitation of Torture and Trauma Survivors)</i>	Austrália	Fornecer diretrizes básicas sobre como profissionais da saúde devem colaborar com intérpretes em contextos migratórios e de refúgio.	01/2011
<i>Interpreting in a Refugee Context</i>	<i>Division of International</i>	Suíça	Princípios e técnicas da	01/2009

(112 páginas)	<i>Protection Services of the United Nations High Commissioner for Refugees</i>		interpretação, podendo ser usado como material de referência por funcionários do ACNUR que precisam de intérpretes para suas operações.	
<u><i>Interviewing-Working with an interpreter</i></u> (49 páginas)	<i>U.S Citizenship and Immigration services, Refugee, Asylum, and International Operations Directorate (RAIO)</i>	EUA	Descreve o papel e responsabilidades de intérpretes e como se comunicar por meio deles.	2019
<u><i>Language Interpreting and Translation: migrant health guide</i></u> (7 páginas)	<i>Office for Health Improvement and Disparities</i>	Reino Unido	Orienta profissionais da saúde sobre as necessidades de pacientes migrantes.	06/2017
<u><i>Community Interpreting Resource Handbook</i></u> (95 páginas)	<i>Immigrant Services Association of Nova Scotia</i>	Canadá	Descreve a história e práticas da interpretação comunitária. Fornece informações a prestadores de serviços sobre como trabalhar com intérpretes.	2016
<u><i>Volunteer Interpreter and Translator Training Guide</i></u> (28 páginas)	<i>HIAS (Hebrew Immigrant Aid Society)</i>	EUA	Oferece orientações básicas para provedores de serviços e intérpretes voluntários que vierem a atuar com a população refugiada que precisa ser reassentada nos EUA.	N. E
<u><i>Guidance: Code of Conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration</i></u> (20 páginas)	<i>Home Office</i>	Reino Unido	Explica o papel do intérprete e as expectativas sobre aqueles que atuam no órgão.	11/2021

Fonte: Autoras

Análises preliminares: descrição quantitativa dos dados

Nesta seção, apresentamos uma descrição quantitativa dos dados a partir de análises microestruturais. Para levantar os dados preliminares, lançamos mão de três ferramentas do *software* AntConc¹⁵: a lista de palavras-chave, que possibilita identificar os domínios semânticos centrais do *corpus*; a lista de colocados, a qual revela, a partir das principais co-ocorrências, relações semânticas recorrentes para indicar o comportamento textual dos termos-chave; e o concordanciador, que mostra os contextos de ocorrência dos termos em análise.

Lista de palavras/palavras-chave para identificar domínios semânticos centrais

Enquanto a lista de palavras elenca todas as palavras que ocorrem no *corpus*, a lista de palavras-chave é o resultado de uma comparação estatística entre o *corpus* de estudo e um *corpus* de contraste (de referência) de língua geral que salienta as palavras mais representativas, isto é, cuja frequência no *corpus* de estudo é mais significativa do que no *corpus* de referência.

No *corpus* coletado, a palavra *interpreter(s)* (intérprete/s, 2563 ocorrências), juntamente com *interpretation* (interpretação, 610 ocorrências) e *language* (língua, 722 ocorrências), são as mais representativas, seguidas de *asylum* (refúgio, 548 ocorrências), *refugee* (refugiado, 303 ocorrências), *applicant* (solicitante/requerente, 205 ocorrências), *interviewee* (entrevistado, 267 ocorrências), o que aponta para o caráter linguístico, interacional e tradutório em contexto de refúgio e imigração inerente aos materiais. Itens como *client* (cliente), *services* (serviços) e *information* (informação) indicam também como é percebida a natureza do trabalho de intérpretes prestado ao assistido (ora nomeado como *client*, ora como *seeker* — solicitante — ou *applicant*). Outras duas palavras salientes indicam o caráter instrucional do *corpus*: os modais *should* e *must*, que expressam recomendação, conselho, necessidade ou diretivas e instruções (Budínová, 2017, p. 26).

Lista de colocados para explorar o comportamento textual dos termos-chave

A lista de colocados mostra quais palavras co-ocorrem com a palavra de busca, demonstrando assim a afinidade específica entre itens lexicais. A partir dessa lista, elaborada tomando como base a primeira palavra-chave do *corpus*, *interpreter*, percebeu-se que o item co-ocorre com verbos modais imperativos (*shall*, *must* e *should*), o que aponta, como vimos, para obrigações e recomendações dirigidas a esse profissional.

Os colocados da palavra-chave *interpretation* (5ª palavra-chave do *corpus*), por sua vez, sugerem construções atreladas às expectativas quanto à qualidade do serviço (*quality*),

chamando atenção a princípios de precisão (*accurate, accuracy, verbatim*, respectivamente preciso, precisão, verbatim).

Lista do concordanciador para explorar padrões prevalentes em contexto

Com base nas listas de palavras-chave e de colocados, as quais possibilitaram delimitar alguns pressupostos indicativos da natureza do *corpus* e de suas características, investigou-se de que forma os itens se comportam contextual e co-textualmente. Para tanto, procedeu-se à expansão na linha de concordância¹⁶ do item *interpreter's*, já que o genitivo mostrou prevalência no *corpus* e a busca revelou visões relativas à formação e atuação do intérprete¹⁷.

Tabela 1 — Lista de frequência do item “interpreter’s” associados a padrões recorrentes

Frequência	Item analisado	Tradução em português
27	<i>Interpreter's role</i>	Papel do intérprete
7	<i>Interpreter's competency</i>	Competência do intérprete
6	<i>Interpreter's ability</i>	Capacidade/habilidade do intérprete
6	<i>Interpreter's responsibility</i>	Responsabilidade do intérprete
5	<i>Interpreter's task</i>	Tarefa do intérprete
5	<i>Interpreter's duty</i>	Dever do intérprete
4	<i>Interpreter's performance</i>	Desempenho do intérprete

Fonte: Autoras

A expansão do contexto de ocorrência desses padrões revela as crenças subjacentes à atividade de tradução/interpretação:

Quadro 2 — Ocorrência do nó¹⁸ *interpreter's* nas linhas de concordância do *corpus*

	Excerto	Material de origem
1	<i>An interpreter's role is to facilitate communication between two parties by relaying accurately and completely everything that is said</i>	Handbook for Interpreters/Austrália
2	<i>The interpreter's role is solely that of a messenger.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia
3	<i>It is the interpreter's role to simply interpret the questions asked and the responses provided.</i>	Interviewing-Working with an interpreter/EUA
4	<i>The interpreter's task in the asylum process is highly important.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia
5	<i>The interpreter's task is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia
6	<i>The interpreter's task is to communicate all cultural messages, both linguistic and non-linguistic, as comprehensively as possible and without changing the content.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia

7	<i>When an interpreter is involved, the interpreter's ability to effectively interpret is crucial to the success of the interview.</i>	Interviewing-Working with an interpreter/EUA
8	<i>The interpreter's responsibility is to convey messages in order to ensure linguistic equality between the parties.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia
9	<i>The interpreter's responsibility is to clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
10	<i>The interpreter's duty is solely and exclusively that of an interpreter; that is to say, to verbally communicate messages from one language to another.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia
11	<i>The interpreter's duty is to relay a message.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia

Fonte: Autoras

Partindo da identificação das palavras-chave, buscaram-se os colocados, os itens lexicais co-ocorrentes e depois, por meio do concordanciador, o comportamento dessas expressões em contexto. Na próxima seção, exploraremos os dados obtidos preliminarmente, interpretando-os à luz dos conceitos previamente mencionados.

Interpretação dos dados

Findada a etapa de reunião e sistematização de dados por meio de ferramentas da Linguística de *Corpus*, o estágio seguinte constituiu a investigação qualitativa dos excertos selecionados a partir da análise *bottom-up* anteriormente conduzida. Primeiramente, foram demonstradas tendências quanto ao uso de advérbios qualificadores das ações de intérpretes e de verbos modais de imperatividade. Em seguida, buscou-se relacionar os entendimentos acerca do papel de intérpretes, refletidos nos manuais em crivo, aos conceitos subjacentes de língua e tradução e suas possíveis repercussões no ensino e formação de intérpretes.

Inferências iniciais

Os excertos de um a onze acima, selecionados por meio da pesquisa da expressão *interpreter's*, caracterizam-se por um tom impositivo — em especial com o uso da estrutura *be+to do something*, usada para dar ordens —, estreitando e restringindo o escopo de atuação dos intérpretes. Dos contextos ampliados (quadro 2), pode-se, inclusive, inferir dois apontamentos:

- O uso extensivo dos advérbios *faithfully* (fielmente), *accurately* (precisamente), *effectively* (eficientemente), *solely* (unicamente), *exclusively* (exclusivamente),

completely (completamente) especificam a suposta tarefa do intérprete: interpretar fielmente, completamente e precisamente, ainda que tais conceitos não sejam em nenhum momento objeto de reflexão.

- A grande ocorrência de “mensagem”, “conteúdo”, “mensageiro” (*messenger*), “transmitir mensagem” (*relay message*) para se referir ao objeto de atuação e ao intérprete refletem uma noção essencializada do conceito de sentido, deixando pressupor que um enunciado estivesse sujeito a uma única interpretação.

Depreende-se, assim, que tais construções corroboram a ideia de monologismo e do modelo de comunicação do conduto (Wandensjö, 1998, p. 7-8), desdobrando-se no conceito de neutralidade. Wandensjö sugere que essa representação do intérprete enquanto canal sofre influência do modelo de comunicação transferencial, que concebe a interação humana como um processo unidirecional. Os intérpretes são percebidos e se percebem como transmissores das falas de outrem, ou seja, as práticas linguísticas são consideradas da perspectiva de um falante, cujos enunciados são resultantes de intenções e estratégias unilaterais; do outro lado do espectro, os destinatários, os recebem passivos. Como desdobramento, os guias/manuais em análise advogam em favor de uma suposta neutralidade/imparcialidade, condição da reprodução intacta da mensagem, desconsiderando o princípio elementar de que o texto de chegada é influenciado pelas perspectivas idiossincráticas de quem o traduziu/interpretou.

À luz desses primeiros apontamentos, aprofundou-se a análise dos padrões verbais (modais imperativos) que co-ocorrem com “interpreter” e que indicam expectativas em relação à atuação do intérprete.

Tabela 2 — Lista de frequência de “interpreter” com verbos modais recorrentes

Frequência	Item analisado	Tradução em português
127	<i>Interpreter(s) must</i>	Intérprete(s) deve(m)
111	<i>Interpreter(s) should</i>	Intérprete(s) deveria(m)
55	<i>Interpreter(s) shall</i>	Intérprete(s)deverão(á)

Fonte: Autoras

A expansão dos contextos possibilitou identificar posicionamentos recorrentes quanto à atuação dos intérpretes:

Quadro 3 — Contexto de ocorrência de verbos modais de valor imperativo

12	<i>Interpreters must also examine their own assumptions about what these non-verbal behaviors mean, as these assumptions may lead to stereotyping or negative responses to demonstrated behaviors during interpreting situations.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
13	<i>Interpreters must have in-depth knowledge and understanding of their working languages and an ability to mentally transpose and verbalize into the target language.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
14	<i>Interpreters must strive to render all messages in their entirety, as accurately as possible and to the best of their abilities, without addition, distortion, embellishment, or omission.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
15	<i>Interpreters must show no bias to any party involved in the interpreted encounter.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
16	<i>Interpreters must properly and fully interpret what is being said, as close as English allows.</i>	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
17	<i>Interpreters must be aware that they will be interpreting for vulnerable customers and must behave accordingly.</i>	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
18	<i>Interpreters must not show emotions - the only reactions they must express are those of the customer.</i>	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
19	<i>In doing so, the interpreter must be capable of replacing syntactic and semantic elements in the source language with equivalent patterns in the target language.</i>	Interpreting in a Refugee Context/ Suíça
20	<i>The interpreter must remember that he or she has a neutral role in the interpreting situation.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
21	<i>The interpreter must prepare in advance in order to achieve the objective, i.e., the successful rendering of messages and the assurance of linguistic equality.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
22	<i>An Interpreter must be objective and impartial.</i>	Interpreter Handbook/ Canadá
23	<i>Interpreters should become familiar with terminology related to the topics and subject matter they are asked to do an interpretation for.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
24	<i>The interpreter shall aim to provide a comprehensive interpretation without omissions or undue additions.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
25	<i>The interpreter shall at all times be impartial and neutral and he or she shall not allow his or her personal attitudes or opinions to influence the performance of his or her assignment.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia

Fonte: Autoras

Os excertos acima revelam representações que adquirem relevância pela sistematicidade e pelo contraste. O nº 12 chama atenção para a possibilidade de a subjetividade

de intérpretes afetar sua atuação, enquanto o 25º apenas enfatiza a obrigação de ser neutro e imparcial para que a agência do intérprete não influencie seu desempenho. Os números 16, 20 e 22 também colocam em destaque as exigências de neutralidade, objetividade, imparcialidade e completude (sem adições ou omissões) das mensagens interpretadas. Novamente, tais concepções se contrapõem ao pressuposto de que o intérprete é participante pleno, “seja por meio de seu filtro tradutório (ex: modificações sutis de registro ou da pragmática do enunciado de partida) ou pela necessidade de fazer comentários sobre seu comportamento linguístico ou o comportamento linguístico de outras pessoas ¹⁹” (Mason, 2014, p. ii, tradução nossa).

À luz desses excertos, depreende-se que, nesses manuais, a suposta ética de atuação do intérprete comunitário é regida pela exigência de precisão, transparência e confidencialidade, a exemplo dos termos elencados abaixo e de suas variações morfológicas:

Tabela 3 — Lista de ocorrências de termos relacionados a normas de prática

	Nº de ocorrência	Termo	Termo em português	Exemplo de contexto	Tradução do contexto	Material de origem
26	158	<i>Accuracy; accurate; accurately</i>	Precisão; Preciso; Precisamente ;	<i>Your role is to accurately, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding.</i>	No curso do procedimento, seu papel é interpretar o que for dito precisa , direta e completamente.	Handbook for Interpreters/ Austrália
27	38	<i>Neutral; neutrality; neutrally.</i>	Neutro; Neutralidade; De forma neutra;	<i>You should always be objective, neutral and impartial.</i>	Você deve sempre ser objetivo, neutro e imparcial.	Handbook for Interpreters/ Austrália
28	62	<i>Impartial; impartiality; impartially</i>	Imparcial; Imparcialidade; Imparcialmente;	<i>The impartial and neutral role of the Interpreter should be maintained throughout the RSD process</i>	O papel imparcial e neutro do intérprete deve ser mantido por todo o processo de solicitação de refúgio.	Interpretation in UNHCR RSD Procedures/ N.E
29	12	<i>Faithful; faithfully</i>	Fiel; Fielmente;	<i>Competent interpreters give a faithful, accurate, and complete interpretation of the message.</i>	Intérpretes competentes fornecem uma interpretação fiel , precisa e completa da mensagem.	Community Interpreting Resource Handbook/Canáda

Fonte: Autoras

Percepções sobre o papel do intérprete

As ocorrências acima destacadas, correlacionadas aos outros excertos analisados previamente, apontam para uma tendência de representação do papel do intérprete em que a precisão é associada à ideia de fidelidade e imparcialidade, desdobrando-se ainda na de neutralidade.

Essa exigência de objetividade e não-envolvimento que sobressai nessa breve análise, enquanto tendência discursiva dos manuais investigados, contraria o que se observa na prática, em que o papel desempenhado pelo intérprete se mostra mais abrangente, a exemplo do que Bancroft aponta (2015, p. 225) ao referir-se à prática diária desse profissional quando, por ser o único falante capaz de exercer tal função, espera-se dele que solucione problemas, explique contextos e esclareça mal-entendidos culturais. A autora ainda sugere que o escopo da atividade profissional difere de acordo com o país e o setor onde os serviços linguísticos são prestados.

Aliás, essa incongruência se manifesta em um mesmo material do *corpus* (*Community Interpreting Resource Handbook/Canadá*), em que alguns excertos reconhecem a necessidade de ampliar o papel do intérprete, “elucidando certas questões e mal-entendidos que poderiam resultar de diferenças culturais e linguísticas, preenchendo lacunas e facilitando a comunicação”, sem, entretanto, que ele “seja responsável pelo conteúdo e pela interação” e sem que “fale em nome” dos seus participantes. Para tanto, devem lançar mão, “de modo eficaz, de habilidades de comunicação tridirecional” (ver excerto nº32).

Quadro 4 — Exemplificações das diferentes percepções do papel do intérprete dentro do *corpus*

	Excerto	Material de origem
30	During an interpreting session, interpreters are not responsible for content and interaction , but they have the right to stop either party and ask clarifying questions to ensure accuracy.	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
31	The interpreter may be able to assist in clarifying misunderstandings , which may result from cultural and linguistic differences, and bridge the communication gap between different cultures and languages.	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
32	The interpreter's role is to facilitate communication between, but not on behalf of, a client and service provider by effectively applying three-way communication skills.	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá

Fonte: Autoras

Essa tendência se evidencia quando observamos, de modo contrastivo, o *corpus* como um todo. Para dar ênfase a esse contraste, distribuimos em dois quadros aqueles que pregam a

neutralidade do intérprete (Quadro 5), e os que, antagonicamente, expressam uma compreensão flexibilizada de sua tarefa (Quadro 6).

Quadro 5 — Exemplificações de entendimentos restritivos acerca do papel do intérprete

33	<i>The interpreter's duty is solely and exclusively that of an interpreter; that is to say, to verbally communicate messages from one language to another.</i>	Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/EUA
34	<i>Personal biases, expectations, and opinions should not shape the interpretation you give. The best service you can give is to interpret what is said with fidelity, and not to interject with thoughts, assumptions, or more information you have about the conversation at hand.</i>	Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/ EUA
35	<i>By explaining clearly what you expect of the interpreter, you will be better able to maintain control of the interview and identify and address any problems that may arise with the interpretation.</i>	Interviewing- Working with an interpreter/ EUA
36	<i>The community interpreter is not involved in the case. He or she is there only to interpret the dialogue of the participants. The interpreter also communicates cultural nuances which are essential for the correct understanding of the message. The interpreter is responsible for relaying words, messages and ideas.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
37	<i>The official organises an interpreter for asylum procedures in which the asylum seeker is heard verbally. Even though the official is the one who pays for the interpreting service, the interpreter must remember that he or she has a neutral role in the interpreting situation.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
38	<i>You must not provide cultural or other commentary (in general, the member/registrar will seek clarification directly from the party if any cultural issues arise, for instance, non-verbal signs which may be culturally specific</i>	Handbook for Interpreters/ Austrália
39	<i>You should interpret as accurately as possible what is said. You should take care to ensure that information is not distorted by paraphrasing or exaggeration. Interpreters have an obligation to interpret precisely and accurately.</i>	Handbook for Interpreters/ Austrália
40	<i>Your role is to accurately, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding. You must not explain meanings or words to parties (explanations should always be given by the member or registrar, not the interpreter).</i>	Handbook for Interpreters/ Austrália
41	<i>You must not censor or tone down what is said (even if, for example, a party is angry or rude)</i>	Handbook for Interpreters/ Austrália
42	<i>You should be neutral and impartial. You should take care with your demeanour and body language so that it does not</i>	Handbook for Interpreters/ Austrália

	<i>show concurrence or disagreement with any party. It is important that you do not create the perception of favouring anyone.</i>	
43	<i>Accurate interpretation is essential to enable fair and accurate decisions interpreters must retain every element of information that was contained in the original message and interpret in as close to verbatim as English allows.</i>	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
44	<i>It is expected that interpreters give a faithful, accurate, complete and contemporaneous interpretation of the message and interpret all the elements of the original message.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá

Fonte: Autoras

Quadro 6 — Exemplificações de percepções menos restritivas do papel do intérprete

45	<i>Interpreters help to create the prerequisites for mutual understanding despite language and cultural barriers. In other words, the interpreter contributes to equality between the speakers, by enabling both parties to express themselves as broadly and vividly as a person only can in his or her mother tongue.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
46	<i>Regardless of the interpreter's level of experience and/or training, it is your responsibility to ensure that everyone present understands the procedures for facilitating interpretation during the interview and that the interpretation contributes to the primary goal of effectively eliciting relevant information during the interview.</i>	Interviewing- Working with an interpreter/ EUA
47	<i>The interpreter's responsibility is to clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</i>	Language interpreting and translation: migrant health guide/Reino Unido

Fonte: Autoras

Com base nos dados acima elencados, infere-se que quanto maior a tradição de acolhimento de um país (Canadá, Austrália, EUA, por exemplo), maior a sua capacidade de sistematizar de conceitos coerentes sobre a tarefa de mediação linguística. Entretanto, nem sempre é possível correlacionar o ambiente institucional do país em que a interpretação comunitária nos serviços públicos ocorre a uma percepção homogênea sobre o papel e função do intérprete, o que aponta para a volatilidade da percepção que se tem desses profissionais. Questiona-se, dessa maneira, a pertinência de exigência de uma suposta neutralidade (nº 42), sendo ela também supostamente garantia de compreensão (nº 46). Apesar de indicar perspectivas localmente caracterizadas em relação à figura do intérprete, o *corpus* revela a influência residual dos códigos e expectativas quanto à atuação do intérprete, desconsiderando a natureza da interpretação comunitária no âmbito migratório e de refúgio.

Considerações gerais sobre as representações de língua que ensejam percepções idealizadas de tradução

A investigação realizada até o momento trouxe à tona tendências e comportamentos gerais do *corpus* sobre como a atividade de interpretação e o profissional por ela responsável são percebidos e as expectativas das autoridades sobre esse serviço. Em complemento, buscou-se investigar como alguns termos evidenciam percepções gerais de língua e de tradução, que acabam por influenciar a própria prestação de serviços linguísticos e, conseqüentemente, os processos de formação de intérpretes:

Quadro 7 — Excertos relacionados a conceitos de língua e tradução

	Excertos relacionados a conceitos de língua/tradução e ao papel de intérpretes	Material de origem
48	<i>Translation is not a matter of substituting words in one language for words in the other language to give semantic equivalence between the source language and the target language. It involves an exploration of the two languages and the two cultures along with a careful analysis of the meaning of the text.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
49	<i>Language is the vehicle by which people express themselves.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
50	<i>One of the popular myths is that the knowledge of a language is equivalent to the knowledge of how to interpret a language. In fact, not everyone who happens to speak a language is naturally an interpreter.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
51	<i>Interpretation is an act of communication that includes the verbal delivery of a message interpreted from one language into another and vice versa through an interpreter.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
52	<i>Language is what we often produce when we open our mouths.</i>	Interpreting in a Refugee Context/ Suíça
53	<i>A language is a system of words used by a community, a people, a nation.</i>	Interpreting in a Refugee Context/ Suíça
54	<i>Languages vary and have different levels of sophistication and complexity.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá

Fonte: Autoras

Esses excertos revelam os conceitos de língua —ora definidos simplisticamente como algo que se produz ao se abrir a boca, ora como um sistema de palavras podendo variar em nível de complexidade e sofisticação (nº 54) —que determinam os de tradução. A compreensão limitante do papel do intérprete decorre intrinsecamente de tais concepções, já que partem do pressuposto de que as línguas seriam a junção de palavras transponível para outros sistemas por meio da tradução. Essa hipersimplificação conceitual incide não somente sobre a atuação do intérprete, mas também sobre a formação, acarretando avaliações e

paradigmas pedagógicos pouco críticos. Com efeito, os ideais de acurácia e neutralidade pregados pelos manuais acabam desprezando variáveis intrínsecas às situações de interação mediadas por intérpretes, tais como questões de classe, distinções linguístico-culturais, hábitos e culturas institucionais, entre tantas outras. Além disso, não levam em consideração a assimetria de poder, tampouco como essas assimetrias podem afetar os encontros e, conseqüentemente, a qualidade e o resultado dos serviços buscados por pessoas em situação de vulnerabilidade.

A análise dos dados revela uma clara tendência dos materiais de orientar a atuação de intérpretes com base em visões reducionistas de língua e de tradução. A ilusão da possibilidade de equivalência pela tradução reflete uma visão idealizada, que ignora o fato de que as diferenças de forma linguística levam, inevitavelmente, a diferenças de significado e recepção. Essa incongruência tem como consequência que as operações linguísticas que intérpretes efetivamente realizam e as que os prestadores de serviços almejam divergem em alto grau (Davidson, 2000, p. 380).

Com isso, infere-se que a circulação desses manuais, muitas vezes enquanto únicas fontes de consulta para os intérpretes, tem repercussão tanto sobre a atuação quanto sobre a formação desse profissional. Ao contribuir para a perpetuação de preconceitos de senso comum, participa da manutenção de ordens sociolinguísticas injustas e desiguais.

19

Conclusão

A análise dos dados aponta para uma visão predominante da figura do intérprete no *corpus*: um profissional que deve ser neutro e invisível, reduzindo-se a um mero canal de comunicação. Os conceitos de fidelidade, neutralidade, imparcialidade e precisão mobilizados pelos enunciados manifestam a percepção de que a tradução deveria preservar uma suposta integridade da mensagem, sem sofrer alterações advindas de intervenções do tradutor. Essa condição pressupõe que a tradução seria um processo mecânico de decodificação e substituição de palavras de uma língua para outra, entendimento desbancado pela virada cultural e ideológica dos Estudos da Tradução dos anos 60, que passa a reconhecer que a relação entre tradução, língua e cultura é condicionada por variáveis múltiplas de situação, contexto, história e convenção. Nesse cenário, o intérprete comunitário encontra-se encurralado no meio de entendimentos conflitantes sobre sua atuação e seu papel.

Contrapondo-se à inferência, manifestada repetidamente no *corpus*, do intérprete como não-agente, Rudvin (2005, p. 170), como tantos outros especialistas da área da

tradução/interpretação, defende que o intérprete não pode ser um “painel de vidro” (*pane of glass*), pois suas experiências enquanto sujeito afetam a maneira como ele interpreta e traduz. Ou seja, ao interpretar enunciados que atravessam os filtros de sua subjetividade, torna-se, por meio de suas escolhas linguísticas, um participante pivô, afetado e afetando a organização e estrutura de poder inerentes a tais interações.

Partimos de tal pressuposto para sugerir, como base para uma possível formação, que as questões éticas sejam pensadas contextual e dialogicamente, de modo a preparar o intérprete comunitário a enfrentar/administrar os desequilíbrios de poder inerentes às interações institucionais, profundamente assimétricas. Para isso, é necessário considerar o impacto da sua presença, seu protagonismo e responsabilidade, sustentando que o intérprete comunitário se caracteriza tanto por sua vocação linguística quanto social.

Por fim, conclui-se que a representação idealizada e ilusória de língua, e consequentemente da atividade tradutória, nos materiais estudados, por serem produzidos em sua maioria por instituições públicas, traduz um tipo de posicionamento frente à imigração, manifestado pela definição de normas de atuação consoantes com certos interesses políticos e institucionais, que acabam por reafirmar privilégios e formas de exclusão.

20

REFERÊNCIAS

- Bancroft, M. A. (2015). Community interpreting: A profession rooted in social justice. In H. Mikkelsen, & R. Jourdenais, *The Routledge Handbook of Interpreting* (pp. 217-235). New York: Routledge.
- Barsky, R. F. (1996). The Interpreter as Intercultural Agent in Convention Refugee Hearings. *The Translator*, pp. 45-63.
- Creeze, I. H., & Hayward, M. (2013). Issues for interpreters and. *Journal of Applied Linguistics and practice*, 8(3), pp. 253-273. <https://doi.org/10.1558/japl.v8i3.253>
- Davidson, B. (2000). The interpreter as institutional gatekeeper: The social-linguistic role of interpreters in Spanish-English medical discourse. *Journal of Sociolinguistics*, 4(3), pp. 379-405. <https://doi.org/10.1111/1467-9481.00121>
- Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. (1996). UNESCO. Recuperado de http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf
- Garcia, F. de D., & Gorovitz, S. (2020). O intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. *Tradterm*, 36, 72–101. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v36i0p72-101>

-
- Mason, I. (2014). *Triadic exchanges: Studies in dialogue interpreting*. New York, NY: Routledge.
- Pöllabauer, S. (2013). *Community interpreting*. In Chappelle, C. (Ed.), *The encyclopedia of applied linguistics* (pp. 1–7). Oxford: Wiley-Blackwell
- Pöllabauer, S. (2004). Interpreting in asylum hearings. *International Journal of Research and Practice in Interpreting*, 6(2), 143–180. <https://doi.org/10.1075/intp.6.2.03pol>
- Reddy, M. J. (1993). The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In A. Ortony (Ed.), *Metaphor and thought* (pp. 164–201).
- Rudvin, M. (2005). Power behind discourse and power in discourse in community interpreting: The effect of institutional power asymmetry on interpreter strategies. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, 51, 159–179.
https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/18851/RCEI_51_%28%202005%29_10.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Costa, L. F. L., & Macedo, M. (2021). *Refúgio em Números* (6ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra.
https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros_6%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Macedo, M. (2020). *Refúgio em Números* (5ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra.
https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS_5%C2%AA_EDI%C3%87%C3%83O.pdf
- Tipton, R., & Furmanek, O. (2016). *Dialogue interpreting: A guide to interpreting in public services and the community*. New York, NY: Routledge.
- Valverde da Silva, J. C. (2023). *Uma análise crítica de manuais de atuação de intérpretes em contexto de refúgio como base para uma reflexão sobre a formação em interpretação comunitária* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília).
- Wadensjö, C. (1998). *Interpreting as interaction*. London & New York, NY: Routledge.

¹ Refugee Data Finder. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>. Acesso em 23 jun. 22.

² https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

³ Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza,

origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. E Artigo 14. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países (ONU, 1948).

⁴ http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf

⁵ the right to the use of one's own language both in private and in public.

⁶ Oficiais de elegibilidades são os profissionais do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) encarregados das entrevistas com os solicitantes de refúgio. Na entrevista, o oficial coleta informações acerca das condições que levaram o solicitante de refúgio a deixar seu país, documentando a narrativa e incluindo detalhes objetivos e subjetivos. O oficial deve obter o máximo de detalhes possíveis que justifique o fundado temor de perseguição e os riscos que o solicitante enfrenta no país de origem. Ao documentar e verificar a história do requerente, o oficial desempenha um papel essencial no processo de tomada de decisão, já que o rumo que a entrevista toma e as respostas colhidas ajudarão a estabelecer a credibilidade em relação aos critérios de concessão de refúgio. Referências: ACNUR treina funcionários do governo que entrevistam solicitantes de refúgio no Brasil. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2012/03/30/acnur-treina-funcionarios-do-governo-que-entrevistam-solicitantes-de-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

⁷ Órgãos como ACNUR, *Administrative Appeals Tribunal* da Austrália, *Finnish Immigration Service*, *Immigration and Refugee Board of Canada*, *NSW Health Care Interpreter Services* e vários outros.

⁸ Com base em pesquisa de Mestrado desenvolvida no Protrad/UnB conduzida entre 2021 e 2023 por Júlia Cristina Valverde da Silva, sob orientação de Sabine Gorovitz, intitulada “Uma análise crítica de manuais de atuação de intérpretes em contexto de refúgio como base para uma reflexão sobre a formação em interpretação comunitária”, que analisa criticamente a composição de guias e manuais de orientação existentes, identificando os conceitos relacionados à tradução/interpretação e atuação de intérpretes neles subjacentes e verifica sua adequabilidade para um modelo de formação de intérpretes comunitários no Brasil. Para identificar os princípios que norteiam os manuais e guias, lançaremos mão da Linguística de *corpus*, sempre com base em fundamentos da Sociolinguística Interacional. Para tanto, serão levantadas e sistematizadas as categorias discursivas reveladoras dessas representações essencializadas de tradução/interpretação, língua e comunicação. O dito *corpus* de estudo é composto por doze (12) manuais/guias de diferentes órgãos e agências estrangeiras e/ou internacionais produzidos entre 2009 e 2021.

⁹ present and project the image of an “adequate” Convention refugee.

¹⁰ A representação da comunicação por meio da metáfora de um conduto é atribuída a Michael Reddy (1993). Nesse modelo, que é essencialmente monológico, a interação humana seria um processo unidirecional de transferência de uma pessoa a outra (Wandensjö, 1998, p.7). Nessa metáfora, a comunicação se daria como que por duto e as informações partiriam de um interlocutor a outro, chegando intactas e já imbuídas de todas as características necessárias para mera decodificação. Essa visão se opõe às abordagens sociolinguísticas interacionais da língua, as quais têm como premissa a contribuição de dois enunciadores para que o evento comunicativo ocorra efetivamente.

¹¹ A tradição consolidada de recepção de migrantes e refugiados foi depreendida a partir da análise das estruturas migratórias refletidas na existência de legislação pertinente e de sistemas de formação e/ou credenciamento de intérpretes, os quais se configuram como políticas linguísticas de assistência e acolhimento dessas populações. Essas supracitadas estruturas estão melhor delineadas em Valverde da Silva (2023).

¹² Termos cuja presença é típica em um dado domínio de interesse ou campo de estudo.

¹³ Os textos que formam o *corpus* totalizam 6.535 *types* (formas de palavras), 122.848 *tokens* (todas as ocorrências de uma forma de palavra).

¹⁴ Os materiais podem ser acessados no hyperlink disponível no título do manual.

¹⁵ Laurence Anthony's Website. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em 20 jul. 22

¹⁶ Ferramenta gerada pelo concordanciador e que exibe uma palavra ou expressão, centralizada, com contextos à esquerda e à direita.

¹⁷ Primeiramente, expandimos o contexto (usando a funcionalidade KWIC-*Key word in context*) do item “*interpreter's*” no AntConc. Posteriormente, realizamos a contagem de frequência dos padrões identificados.

¹⁸ Diz respeito à expressão central pesquisada e ao redor da qual o contexto maior pode ser verificado.

¹⁹ whether through their own translational filter (e.g., subtle modifications to the register or pragmatics of source speech) or through the need to comment on their own or others' linguistic behaviour.